

# Atribuições na Sistematização geram conflitos

Um novo conflito de atribuições surgiu ontem na Comissão de Sistematização, desta vez, entre a equipe de assessores do presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, e a equipe convocada pelo relator Bernardo Cabral para realizar a tarefa de analisar entre as 6.526 emendas apresentadas quais seriam de mérito ou de adequação.

Regimentalmente, a responsabilidade da decisão de indeferir e arquivar as emendas de mérito é do presidente Afonso Arinos, mas ele sequer acompanhou o trabalho dos técnicos. Depois de desmentir noticiário veiculado em emissoras de televisão, que lhe atribuíram a autoria da análise das emendas, ontem à tarde, quando as listagens com as emendas já se encontravam na Gráfica do Senado para serem publicadas, Arinos se negou a assiná-las sob a alegação de que pessoalmente não as havia examinado.

## REFAZENDO TUDO

Ao se negar a ratificar o trabalho dos técnicos — coordenados pelos deputados Nelson Jobim, Adolpho de Oliveira, Vivaldo Barbosa e pelo chefe de gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Jorge — Afonso Arinos requisitou do diretor do Prodasen, Sérgio Otero, a relação das emendas, mas não foi atendido. O presidente da Comissão resolveu ordenar que sua equipe de assessores pessoais refizesse todo o trabalho já concluído no Prodasen, o que foi iniciado ontem mesmo. Até a noite já haviam analisado cerca de 1 mil das mais de 5 mil emendas, o que deverá ser concluído hoje à noite.

Entre a equipe de 10 assessores recrutados por Arinos na Câmara e Senado, estão a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), que funciona como o braço direito do presidente, e a deputado Konder Reis (PDS/SC), relator da Constituição de 1967. Durante todo o dia os dois parlamentares permaneceram trabalhando junto com os assessores no gabinete do senador.

Assim que foi notificado da negativa do presidente Afonso Arinos em assinar as listagens das emendas, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães convocou imediatamente para uma reunião em seu gabinete o relator Bernardo Cabral, o senador Fernando Henrique Cardoso, o líder do Governo Carlos Sant'Anna, o jurista Miguel Reale Júnior e o próprio Afonso Arinos. Depois de mais de 40 minutos reunidos, o presidente Afonso Arinos saiu aborrecido, não quis comentar o motivo da reunião e disse apenas que Ulysses Guimarães divulgaria uma nota oficial sobre o assunto.

O deputado Bernardo Cabral disse desconhecer o impasse e anunciou que Ulysses Guimarães, ao invés da nota oficial, irá fazer hoje um pronunciamento no plenário da Constituinte, chamando a atenção dos parlamentares de que nesta fase, a Comissão de Sistematização não irá decidir nenhuma questão de mérito, como tinha sido o entendimento dos líderes reunidos na noite de ontem.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso deu a entender que realmente havia surgido um impasse entre os assessores do senador Afonso Arinos, que se posicionaram contra o trabalho realizado pelos trinta assessores do Prodasen, mas que tudo tinha sido resolvido na reunião.

## ENXUGAMENTO

Alheios ao impasse, os parlamentares que estão auxiliando o relator Bernardo Cabral continuaram ontem o trabalho de análise e redação do projeto que será encaminhado amanhã ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. O senador José Ignácio revelou que das 5.627 emendas apresentadas, 1.327 foram consideradas de adequação, o restante de mérito, que serão indeferidas. Nesta fase, de acordo com o senador, foi possível enxugar um pouco mais o texto do projeto, que caiu de 501 artigos para cerca de 490.

## Deputado quer banir a diretoria da CBF

A primeira proposta de exílio na Nova República surgiu de onde menos se esperava: da tribuna da Constituinte. Na tribuna de ontem à tarde, durante o pinga-fogo, o deputado Onofre Corrêa (PMDB-MA) sugeriu que o presidente e o vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Nabil Abi Chedid e Otávio Pinto Guimarães, fossem proibidos de entrar no Brasil por um ano, na próxima "derrota vergonhosa" da seleção brasileira.

Clente de que seu discurso destoava muito dos outros pronunciamentos do dia, Onofre Corrêa começou prevenindo os colegas constituintes de que nãoalaria da crise econômica, mas sim "da crise emocional e de descrença que se abateu sobre todo o povo brasileiro em consequência da vergonhosa derrota sofrida na Copa América pelo nosso selecionado".

Onofre Corrêa é comerciante e economista e está exercendo o seu primeiro

mandato eletivo. Sua intervenção no pinga-fogo foi rápida e teve boa audiência: cerca de trinta funcionários públicos que se retiraram das galerias logo após o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) defender a ascensão funcional automática para o funcionalismo, ainda no pinga-fogo.

Durante todo o resto da sessão, que começou às 14h30 e terminou às 18h05 as galerias permaneceram vazias. O número de parlamentares no plenário não passou de trinta e só cinco ouviram o deputado José Fernandes (PDT-MA), último a falar, denunciar o empreguismo e a inoperância do serviço público.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), retornando após longa ausência, agradeceu a solidariedade recebida no que chamou de afastamento "forçado e involuntário". Ela aproveitou para anunciar sua próxima proposta: "Fui vítima e quero trazer a garantia contra a violência psicológica e psicolátrica".